

## Entre surdos, ouvintes e surdos que ouvem: considerações sobre etnografia, aprendizagem de Libras e implante coclear

Paula Guedes Bigogno \*

**ORCID iD** <https://orcid.org/0009-0006-0773-4148>

### RESUMO

As questões que envolvem as línguas de sinais, no mundo, são muitas. Sabemos que o preconceito linguístico, como alerta Marcos Bagno (2015), é uma desses problemas, afinal o uso do corpo e do rosto para a comunicação não é bem-visto na maioria das culturas. Este artigo nos faz refletir sobre como é difícil aprender Libras sendo ouvinte e como é fácil aprender Libras sendo surdo. Além disso, nos faz perceber que os surdos acabam por formar uma comunidade linguística, com cultura, identidade e comunidade própria; ou culturas, comunidades e identidades próprias. Derivado de um trabalho de conclusão de curso e de uma dissertação de mestrado, ambos produzidos na Universidade Federal de Juiz de Fora, além da pesquisa de campo, este artigo traz reflexões de autores ligados ao tema e de outros, ao que se chamou de antropologia simétrica. Se o antropólogo é que inventa a cultura, como nos diz Roy Wagner (2017), como traduzí-la? Como pergunta Talal Asad (2016). Assim, uma breve reflexão entre a surdez que faz uso de Libras (nosso foco) e aqueles que fazem uso da tecnologia do implante coclear, se coloca em discreto debate. Alguns outros assuntos do texto são a questão da história das pessoas com deficiência no século XX e um pouco da legislação vigente sobre este seguimento da sociedade.

### PALAVRAS-CHAVE

Cultura; Surdez; Libras; Preconceito Linguístico; Implante Coclear.

**Among deaf people, hearing people and deaf people who hear: considerations about ethnography, learning Libras and cochlear implant.**

### ABSTRACT

The issues involving sign languages in the world are many. We know that linguistic prejudice, as Marcos Bagno (2015) warns, is one of these problems, after all, the use of the body and face for communication is not well regarded in most cultures. This article makes us reflect on how difficult it is to learn Libras as a hearing person and how easy it is to learn Libras as a deaf person. Furthermore, it makes us realize that the deaf end up forming a linguistic community, with its own culture, identity and community; or cultures, communities and identities of their own. Derived from a course completion work and a master's dissertation, both produced at the Federal University of Juiz de Fora, in addition

---

\* Possuo Licenciatura (2009), Bacharelado (2011) e Mestrado (2013) em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atuei na UFJF com pesquisa qualitativa, incluindo a iniciação científica: antropologia da saúde e da religião, do corpo e das emoções. Como mestranda, minha intenção era realizar uma pesquisa quantitativa sobre pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mas durante este período participei de uma pesquisa sobre gestão e liderança escolar, no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF), onde também fui tutora à distância. Realizei, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PPGCSO/UFJF, uma etnografia com os surdos de Juiz de Fora, iniciada de forma independente desde 2006, ainda na graduação. Fui tutora EaD em projeto sobre drogas, no Centro de Educação à Distância (CEAD/UFJF) e professora de Sociologia da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [pgbigogno@gmail.com](mailto:pgbigogno@gmail.com)

to field research, this article brings reflections by authors linked to the theme and others, to what was called symmetrical anthropology. If the anthropologist invents culture, as Roy Wagner (2017) tells us, how can we translate it? As Talal Asad (2016) asks. Thus, a brief reflection between deafness who use Libras (our focus) and those who use cochlear implant technology is placed in discreet debate. Some other topics in the text are the issue of the history of people with disabilities in the 20th century and a bit of current legislation on this segment of society.

## KEYWORDS

Culture; Deafness; Libras; Linguistic Bias; Cochlear Implant.

## Introdução

A antropologia, por ser a ciência social que declaradamente mais leva em consideração a subjetividade no processo intelectual, em suas diversas subáreas têm oferecido aos antropólogos e ao público leitor, acadêmico ou não, a oportunidade de experimentar uma série de problemas epistemológicos através dos quais é possível reconhecer não só a existência das particularidades da cultura, como as similitudes do esforço de pensar sobre outrem ou sobre nós.

Como se sabe, os antropólogos contemporâneos têm se dedicado à produção de complexas teorias. Muito mais do que ancoradas em um substrato político fundamentado nos clássicos, as teorias mais recentes têm buscado uma abordagem de fluxo, continuidade e reelaboração; vide as teorias de autores como Gilles Deleuze e Felix Guattari (1997), Bruno Latour (2013), Roy Wagner (2017), Marilyn Strathern (2006), Jeanne Favret Saada (2014), Tim Ingold (2015), Luc Boltanski (1990) e Laurent Thévenot (2007).

Para além do pós-estruturalismo ou do pós-modernismo, alguns trabalhos recentes têm conferido a oportunidade de se fazer uma antropologia simétrica, na qual se verifica a possibilidade da resignificação das coisas dadas nas relações, vividas em campo e conjugadas com o fazer intelectual. Uma assimetria inicial imaginada com relação ao convívio entre pessoas com e sem deficiência deve ser reelaborada.

Dessa forma, inclusive, e principalmente, os estudos fora do mainstream têm sido considerados e resignificados em suas questões fundamentais. Os estudos pós-coloniais e as autoetnografias estão produzindo efeitos diversos nas ciências sociais e a antropologia tem sido a principal fonte de inspiração de trabalhos com as mais diversas inserções.

Como representação teórica em relação a esses trabalhos, o que Bruno Latour (2012) chamou de *ANT*, *actor-network-theory* ou teoria do ator-rede, auxilia-nos a

compreender o que ocorre nesse tipo de trabalho. Atores e antropólogos seriam como formigas, que deixam suas pegadas. No entanto, a própria ideia de imaginar o conceito de rede pode gerar imagens visuais um tanto ingênuas. O sociólogo francês critica a sociologia clássica e explica justamente a necessidade de perceber que existem espaços vazios nas teorias e que o social aparece exatamente nisso, embora possam ocorrer o que chama de *relatos de risco*, na escrita.

Outro referencial possível são as ideias de malha e linha, do antropólogo britânico Tim Ingold, que as explica assim na obra *Estar vivo*: “são caminhos ao longo dos quais a vida é vivida. E é na ligação de linhas, não na conexão de pontos, que a malha é constituída” (INGOLD, 2015, p. 224). Entre outras ideias do autor está a de *peregrinar*, associada à aprendizagem e ao que chama de uma *ecologia da vida*. Explica o antropólogo: “é na arte da narrativa, não no poder da classificação, que a chave para a cognoscibilidade humana – e, por conseguinte, para a cultura – reside em última análise” (INGOLD, 2015, p. 242).

## 1. Uma língua visual-gestual

A Língua Brasileira de Sinais, Libras, tem sido uma demanda frequente onde quer que possa haver alguma pessoa surda. Através da figura de um profissional intérprete de Libras, ocorre a tradução de Português para Libras e vice-versa. A fim de compreender esse universo de mediação, este artigo visa trazer ao leitor um pouco do que é essa questão fulcral para algumas pessoas. Sem a intenção de recorrer a um exotismo exagerado, mas ao mesmo tempo reconhecendo certa singularidade é que se pretende escrever.

Muitas características peculiares têm sido atribuídas aos surdos por eles mesmos ou por pessoas próximas. A esse respeito, é importante destacar o conceito de representações sociais que “refere-se tanto ao modo de pensar, conceber ou perceber, quanto ao que é pensado, concebido ou percebido” numa sociedade (DURKHEIM *apud* COHN, 2009, p.19). Muitas pessoas podem, por exemplo, dizer que os surdos possuem uma capacidade de atenção visual e de descrever ambientes e figuras de modo muito mais detalhado que os ouvintes, dizer que eles não olham para as mãos, para o olho do colega enquanto este sinaliza, dizer que são bons em jogos tipo quebra-cabeça, que possuem uma visão “concreta” sobre as coisas, isto é, mais objetiva; ou que são bons desenhistas.

Estereótipos, crenças, saberes e valores são construções sociais que fazem parte de um senso comum. De fato, existem estudos tais como os de KLIMA; BELLUGI (1989 *apud* SACKS, 2005) que comprovam que os surdos dão maiores detalhes visuais de ambientes físicos, objetos ou outras formas geométricas. Afinal, com o tempo, uma pessoa que aprende uma língua de sinais, não fica olhando para as mãos que lhe sinalizam, mas, sim, realmente, para olho da pessoa, para o rosto, conferindo apenas minúcias de alguns sinais. No entanto, muitas características atribuídas ao grupo ou a determinada pessoa podem ser fruto de uma generalização. Por exemplo, a expressão; “surdo sofre”, muitas vezes “vista” em campo, mesmo que possa ser, de certa forma, considerada um fato, faz parte de uma generalização que contribui simbolicamente para uma identificação de grupo, para uma imagem, isto é, uma concepção que sim, diz de algo, mas que generaliza e reforça um estereótipo.

A atenção a detalhes pode ser valorizada ou mesmo ridicularizada por outrem. Ter contato com uma diferença e realmente olhar para ela pode ser considerado perda de tempo, e de fato, outras tantas necessidades, mais imediatas, exigem atenção e resultados. Neste sentido, percebera mulher, o homem ou a criança surda em suas particularidades e em sua alteridade pode parecer mero detalhe da vida, mas para aquela pessoa ou para quem está diretamente ligado a ela, isso não é detalhe, é condição de existência como pessoa e essencial para o convívio. Ser surdo é uma das características que pode ter uma pessoa. Esta é de fato uma característica importante e que influencia várias outras e não deve ser vista isoladamente, mas em conjunto com características individuais num dado contexto.

Compreender os surdos como um grupo, é chave para esta discussão. Exatamente porque existe em âmbito mundial pessoas com surdez que utilizam de línguas específicas de modalidade visual gestual, que como afirmam Padden e Humphries (1988) possuem uma identidade comum, uma cultura própria e constituem-se numa comunidade. A este respeito, destaca-se que existem, na verdade, identidades e comunidades surdas (PERLIN, 2010), no plural, dependendo da experiência de vida, do grau de surdez e de onde mora o indivíduo. No entanto, é de praxe encontrar essas noções em sentido genérico: cultura, comunidade e identidade surda, reafirmando assim, as noções de pertencimento e unidade que definem o grupo.

As línguas de sinais são tidas como formas naturais da expressão, da comunicação da pessoa surda ou com deficiência auditiva. Existe um embate histórico entre os defensores do oralismo e os defensores das línguas de sinais. Fala-se em Oralismo Puro

e Comunicação Total, como métodos comunicacionais que respectivamente significam: abolir qualquer “gesto” e aproveitar expressões naturais. Ambas as formas são problematizadas pelas pessoas que se comunicam através das línguas de sinais, que pensam além da questão de inibir ou estimular “gestos” e compreendem as línguas de sinais como forma comunicacional racional e independente de som.

Fato é que os sons fazem parte do processo cognitivo. Entretanto, na ausência total ou parcial da audição, nossos outros sentidos, mais especialmente a visão, são capazes de dar conta de processos cognitivos. Se uma criança nasceu sem escutar ou escutando mal, além de problemas comunicacionais podem ocorrer problemas no seu desenvolvimento, não necessariamente por sua incapacidade de ouvir, mas porque em seu entorno, provavelmente estarão pessoas que ouvem que se comunicam através da fala.

De alguns anos para cá, logo na maternidade é feito o chamado “teste da orelhinha” e a partir daí, se detectada surdez, a criança é logo encaminhada para um otorrinolaringologista, que juntamente com um(a) fonoaudiólogo(a) iniciará acompanhamento com aparelho auditivo e terapia para a fala e até implante coclear.

O estudo de música demonstra o quanto abstrata, complexa e até calculada, racional, pode ser a influência do som em nossas mentes e cérebros. Os surdos podem sentir as vibrações de um determinado som ou instrumento musical ou poderiam ter noções musicais através de explicações visuais, rítmicas e táteis. Isso, porém, ainda é diferente de ouvir e de se emocionar da maneira comum, com um som.

As compreensões diversas das pessoas com surdez que usam línguas de sinais estão fortemente ligadas à espacialidade, ao visual-gestual, que é o plano de abstração, de estruturação básico das línguas de sinais, como só de olhar, podemos inferir. Por isso, eles reivindicam autonomia, acessibilidade e mais do que inclusão, uma educação bilíngue.

## **2.Uma primeira pesquisa antropológica sobre surdez e língua de sinais: uma curiosidade à respeito de E. B. Tylor**

Sir Edward Burnet Tylor, no livro *Researches into the Early History of Mankind and the Development of Civilization* (1870), mais especificamente em capítulo intitulado *The Gesture-Language* (TYLOR [1870], 2009) demonstra certo conhecimento numa língua de sinais, tendo lido obras escritas por surdos e mantido contato com um professor/instrutor surdo de sinais. Ou seja, o antropólogo evolucionista “de gabinete”, considerado um dos

fundadores da antropologia britânica e autor do primeiro conceito antropológico para cultura, parece ter ido a campo. O texto foi escrito em 1870, uma década antes ao “Congresso de Milão” que mudou a perspectiva educacional para surdos, instituindo um método chamado “Oralismo Puro”, que inibia expressões gestuais.

Tylor organiza uma descrição detalhada da “linguagem”, mencionando particularidades sobre a ordem que os sinais são organizados para se comunicar uma ideia, coisas que nem os linguistas da época levaram em consideração, já que não consideravam as linguagens de sinais em seus estudos (SACKS,2005).

Através da riqueza explicativa de Tylor, é possível observar que a ideia evolucionista de “universais” pôde ser reforçada no texto, com a ideia de que a “linguagem gestual” era capaz de expressar coisas comuns, universais, descrever lugares, situações e sentimentos.

Tylor relatou ainda que “é nas Instituições de “surdos-mudos” que a linguagem gestual poderia ser mais convenientemente estudada” (TYLOR [1870] 2009, p. 03),e que adquiriu conhecimento prático dessa forma, mas ressalta que muitos sinais que são criados por professores nessas instituições, não fazem parte do que seria uma “linguagem de rua”.

O autor reconheceu a “linguagem gestual” como “língua materna” do surdo, como algo que se forma na mente do “surdo-mudo”, a partir do contato com o mundo, independente de ensinamentos, mas que precisa de “instrução” para “expandir seu conhecimento”, seu “poder de racionalização” e de “transmissão de ideias”. Uma das reflexões mais interessantes do texto é a seguinte:

Quando anoto em palavras as descrições dos sinais de surdos-mudos, elas me parecem incompletas e fracas. Mas devemos lembrar que só posso anotar seus esqueletos. Vê-las é algo bastante diferente, pois esses ossos secos devem ser recobertos de carne. Não apenas o rosto, mas todo o corpo se une para fazer com que o sinal tenha expressão (TYLOR [1870] 2009, p. 24).

Em seguida, continua, sendo crítico do tradicional modo britânico de conversa:

E tampouco os olhares e gestos sóbrios a que estamos acostumados em nosso dia-a- dia são suficientes para isso. Quem quer que converse com os surdos-mudos na linguagem deles deve se desfazer da máscara rígida que os ingleses usam sobre suas faces como se fosse uma máscara trágica e que nunca altera sua expressão, quer o amor ou o ódio, a alegria ou o pesar estejam por trás dela(TYLOR [1870] 2009, p. 24).



No início do texto, Tylor reforçou que a linguagem gestual e a escrita pictórica deveriam ser levadas em conta como formas importantes de enunciação do pensamento, de “colocá-lo para fora” de “espremer para fora” e ressaltou que por mais grosseiras que fossem essas metáforas elas demonstravam o “processo maravilhoso” que faz um homem ao utilizar seu próprio corpo para enunciar algo que ele perceba em si mesmo ou em outro. Logo no início do texto, argumenta: “o homem surdo-mudo é uma refutação viva da proposição de que o homem não pode pensar sem a fala” (STEINHAL, 1851 *apud* TYLOR [1870] 2009, p.01).

Para Tylor, que embora tenha reconhecido que não existiam comprovações, a “linguagem gestual” poderia ser pensada como uma “etapa” que acabou se perdendo, no processo de constituição de uma linguagem oral e abstrata. Por outro lado, a despeito dessa reflexão evolucionista, o autor considerou a particularidade dos “surdos-mudos” e reconheceu que “embora a linguagem gestual seja propriedade comum de toda a humanidade”, ela é “desenvolvida” e “cultivada” em “grau elevado” por “aqueles que não podem falar” (TYLOR [1870] 2009, p. 05).

### 3. Por um modelo biopsicosocial

Categorias como “identidade surda”, “comunidade surda” e “cultura surda” aparecem em diversos textos nativos ou de profissionais de outras áreas, mas de forma naturalizada, mesmo em textos acadêmicos. Boa parte desses trabalhos é realizada pelos próprios surdos e possui forte caráter militante (PADDEN; HUMPHIRES, 2005; SROBELL, 2008; PERLIN, 2010). Eles defendem veementemente as línguas de sinais, denunciando a exclusão dos surdos e a negligência do Estado e da sociedade civil, que segundo eles, ainda não compreendem bem suas necessidades linguísticas e de aprendizagem, que são condições básicas para a vida em sociedade.

Outra ideia importante refere-se à escolha da palavra “surdo” pelos estudiosos militantes/ ativistas, ao invés da definição “deficiente auditivo”. Na prática, é assim que eles desejam ser chamados. Embora o termo “deficiente auditivo” corresponda a um modelo médico e o termo “surdo”, a um modelo social, a denominação “pessoa com deficiência” tem sido utilizada no campo de algumas políticas públicas e direitos, como passe-livre, cotas em concursos públicos e no mercado de trabalho.

É muito comum, pessoas surdas, ainda que consigam falar, que não pronunciem direito as palavras ou não concordem corretamente os verbos segundo a gramática do Português; mais comum ainda que não escrevam corretamente, isto é, nos moldes desta.

Numa visão estrita, muitos surdos poderiam ser indicados como analfabetos funcionais. No entanto, ainda que efetivamente, muitos sejam assim considerados e que isso tenha implicações claras, é preciso perceber que este é um problema maior, que envolve não somente a capacidade dessas pessoas, mas o trabalho de professores e fonoaudiólogos qualificados, o apoio e a compreensão dos familiares e amigos, colegas de trabalho, chefes e demais pessoas que convivem com uma ou mais pessoas com surdez.

Essa característica não quer dizer que a pessoa não tenha inteligência ou que tenha problemas mentais, como muitas vezes é confundido. Neste sentido, faz-se importante a aprendizagem combinada da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa, para que as pessoas com surdez possam sentir-se mais à vontade, não somente entre seus pares, mas também com as pessoas que escutam e falam com maior facilidade. Vem disto a luta por uma educação bilíngue.

De um modo geral, embora existam variações, muitos surdos, quando falam não articulam bem as palavras, nem constroem frases totalmente coerentes do ponto de vista gramatical. Se na comunicação fazem uso de língua de sinais, podem não ser compreendidos pela maioria das pessoas e precisam utilizar mímica, leitura labial, etc.. Isso muitas vezes causa incômodo, risco de erro no entendimento da mensagem e consequentemente desconfiança, que por sua vez, gera preconceito.

“Rótulos” são criados para classificar, hierarquizar as pessoas e os grupos sociais. De “mudinho” a “retardado”, passando por surdo-mudo e deficiente auditivo, muitas pessoas que não escutam, autodenominam-se “surdos”, criando para si uma identidade, uma categoria politicamente correta. Por isso, sua questão pode ser compreendida como uma questão de minoria, que assim como gênero e cor, nem sempre são de ordem numérica, mas derivadas de algum processo de hierarquia e desigualdade.

#### **4.A categoria pessoa com deficiência**

A chamada “comunidade surda” e/ou as chamadas “comunidades surdas” são arranjos sociais ideológicos, linguísticos. A identidade e/ou as “identidades surdas” partilhadas através das relações entre as pessoas ali inseridas, constituem características e práticas que delineiam sua “cultura surda” e/ou suas “culturas surdas”.

A “causa surda”, se assim pudermos chamá-la, levanta uma questão de diferença entre as pessoas, culturas, etc.. Embora, ideologicamente, passe de modo tangente à questão da surdez como deficiência auditiva, pode e precisa ser inserida nas reflexões



sobre deficiência, já que relaciona demandas culturais à incapacidade sensorial de ouvir (ou ouvir plenamente).

Pouco estudados no Brasil ou mesmo no mundo, os movimentos sociais de pessoas com deficiência emergiram nos anos 70, na Europa (BARNES; MERCER; SHAKESPEARE, 1999; 2003). Após a Segunda Guerra Mundial, com a crise dos Estados de Bem Estar Social (*Welfare States*), houve fortalecimento do sistema capitalista, já que os recursos tornaram-se escassos no pós-guerra. O número de mutilados era assustador, as pensões por invalidez aumentavam em número e alguns postos de trabalho foram sendo ocupados por mulheres e pessoas com deficiência “leve”.

Os movimentos das pessoas com deficiência e provavelmente os movimentos surdos foram influenciados tanto por essas questões quanto pela contracultura nos anos 60, pelos movimentos feministas, pelos movimentos de etnicidade, pelos movimentos negros e pelos movimentos anti-homofobia. São perceptíveis paralelismos de reivindicação de cultura, identidade e comunidade e a emergência desses grupos historicamente oprimidos como sujeitos de direitos perante o Estado e a sociedade.

Assis Silva (2012) argumenta sobre a maneira, como é contada o que classifica como história canônica dos surdos, classificando-a de etapista, com heróis e carrascos. As informações encontradas em toda a literatura sobre os surdos tratam de avanços e retrocessos quanto à comunicação e a independência destes, levando-se em conta os processos de desenvolvimento das línguas de sinais, dentro de diversas instituições religiosas, bem como os processos de tentativa de desenvolvimento da fala e das tecnologias auditivas dominantes em consultórios médicos e na educação da nobreza, quando havia entre eles alguma pessoa, algum filho com deficiência auditiva.

Neste sentido, é importante destacar a perspectiva dos surdos com quem realizei trabalho de campo. Como me foi relatado “são os próprios surdos oralizados que passaram a assumir a liderança da questão surda, pois ao conhecerem outros surdos que utilizavam sinais passaram a questionar a educação (oralista) que tiveram”. Reinaldo, uma das pessoas com quem conversei, é um exemplo disso. Ele e sua irmã, Regina, ambos surdos, de classe média, com educação oralista, relatam que ao tomarem contato com outros surdos e com a língua de sinais, sentiram-se mais acolhidos, acharam essa forma de comunicação muito mais fácil e interessante, fizeram amigos, passaram a conviver com surdos de outras classes sociais.

Assis Silva (2012) ressalta que os movimentos surdos, coordenados pela *World Federation of the Deaf* pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos

(FENEIS) tendem a construir uma normatividade sobre o que é ser surdo. Segundo o autor, é preciso, levar em conta o carisma das lideranças religiosas e a militância acadêmica de pesquisadores de trajetória religiosa e as conseqüentes influências deliberativas no Estado laico brasileiro.

Na vida cotidiana, prática, a questão não é simples. Os conflitos decorridos da dificuldade de entendimento são frequentes. Ainda que uma pessoa aprenda Libras, isso não basta; é preciso convivência. Para haver convivência, de modo espontâneo, é preciso haver afinidade, interesses em comum. Se ainda muitos “ouvintes” insistem em patologizá-los, os surdos recusam a surdez como um estigma, passando a valorizar a atenção visual, a precisão dos movimentos das mãos e a expressão facial, alguns dos elementos que dão forma ao que se pode chamar de “Orgulho Surdo”. Presenciei em palestra pessoas surdas dizendo que não querem ser vistas como pessoas com deficiência, mas sim como uma expressão de diversidade, como pessoas que integram um universo diferenciado [grifo meu], que podem fazer tudo o que todos fazem. Lê-se no enunciado dicotômico: os surdos podem fazer tudo o que os ouvintes fazem.

## 5. Um pouco de legislação

Consta no capítulo I da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionada em 10 de Junho de 2015: “pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que podem obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Em seguida, explica-se que:

a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e multidisciplinar, e considerará: I- impedimento nas funções e nas estruturas do corpo; II- fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III- a limitação no desempenho de atividades; e IV- a restrição de participação.

Fatores como acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva ou de ajuda técnica e barreiras (urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais, etc.) são descritos ainda no primeiro capítulo da LBI. Já condições de dependência como tutela, curatela e tomada de decisão compartilhada vêm descritas após os direitos referentes à saúde, educação, trabalho, casamento e procriação, entre outros. Essa política atual é resultante de uma série de conferências que têm ocorrido em todo o mundo, desde o ano 2000. Em 2015, foi publicado pelas Nações Unidas um

relatório mundial sobre pessoa com deficiência (2015), redigido por pesquisadores de diversos países, descrevendo experiências locais e comparando legislações.

Para além da situação atual, é importante consultar um panorama histórico do tema das deficiências para compreender as variadas formas pelas quais o tema foi tratado durante a história da humanidade até o momento. Sabe-se, por exemplo, que o sacrifício dos “fracos” ainda é usual entre alguns povos. Abandonos em rios e quedas de precipícios eram comuns também na antiguidade (HONORA *et al.*, 2008).

Com relação à surdez, durante a idade média, as pessoas com essa deficiência começaram a ser alfabetizadas: inicialmente os nobres, por fatores de herança. Posteriormente, no século XVI, um religioso francês realizou uma sistematização linguística com gestos utilizados por surdos parisienses (SKLIAR, 2010). Nessa época, eram comuns os casamentos entre consanguíneos, especialmente a aristocracia tinha tal prática, para não perder seus bens.

Com o advento do Capitalismo Industrial, devido à grande exploração da mão-de-obra, com longas jornadas de trabalho, ao maquinário pesado e à ausência de legislação protetiva, muitas pessoas se acidentavam, tornando-se improdutivas. Institucionalizou-se, então, um *modelo médico* (BARNES *et al.*, 1999) para se relacionar com as pessoas incapacitadas para o trabalho.

Após a Segunda Guerra, com a enorme quantidade de soldados e civis mutilados, passaram a existir as pensões dos Estados de Bem Estar Social. Mas, em 1975, a Union of the Physically Impaired Against Segregation (UPIAS), na Inglaterra, pressionou por uma visão mais independente dessas pessoas, por um *modelo social* (BARNES *et al.*, 2003).

Se no início da era moderna ter uma deficiência era considerado exclusivamente drama pessoal, de consequência individual e familiar, associado a problemas de eugenia, a partir da UPIAS e posteriormente com outras organizações e movimentos sociais, ganhou força a noção de que ter deficiência era uma característica comum a homens, mulheres, brancos, negros, crianças.

As questões e assuntos relacionados ao cotidiano, às chances de vida, às experiências e representações sobre a vida com deficiência norteiam o interesse dessa pesquisa, que, ao realizar uma abordagem de antropologia política, acerca dos direitos e do protagonismo das pessoas com deficiência, pode contribuir para novas reflexões acerca do *modelo biopsicosocial* (BARNES *et al.*, 2003)

## 6.E os surdos que ouvem?

Outra parte da pesquisa envolve relatos de experiência de surdez com aparelhos auditivos e implante coclear. Em seu livro “Crônicas da surdez”, Paula Pfeifer relata sua experiência de perda progressiva da audição, que alcançou grau severo:

Quando recebemos o diagnóstico, minha mãe ficou tão nervosa que precisou ser medicada para se acalmar: *Deficiência auditiva bilateral progressiva, neurossensorial, de caráter moderadamente severo e irreversível*. E o médico ainda comentou não entender como consegui me alfabetizar nem como eu podia falar perfeitamente com aquela enorme perda auditiva. Isso foi em 1997 (Pfeifer, 2013, p. 24).

A narrativa autobiográfica ganha novo tom quando Paula comenta a experiência após a cirurgia do implante coclear, no livro “Novas crônicas da surdez”, no qual ressalta:

A surdez requer de nós atitudes difíceis, sendo uma delas um processo de amadurecimento constante do qual não conseguimos fugir. É preciso estar alerta à progressão da perda, aos sentimentos decorrentes disso, à parte prática de como ela afeta o dia a dia, o trabalho, os relacionamentos, o lazer. A autoestima não pode ficar tão abalada; é necessário descobrir maneiras de se sentir confiante apesar de tudo e de todos. Não há descanso nesse sentido. Talvez por isso eu não goste da palavra *superação*. Não superamos jamais a deficiência auditiva, apenas nos adaptamos a ela (Pfeifer, 2015, p.57).

Outro livro biográfico sobre esse assunto é “Surdez, silêncio em vôo de borboleta”, que traz interessante reflexão sobre oralização e língua de sinais, entre pessoas com surdez:

Quanto à minha voz, percebi há pouco que, no momento da apresentação em público, fico mais nervosa e preocupada na organização das frases que produzirei, e com a LIBRAS é diferente, me sinto mais livre; apesar de ela possuir a sua gramática própria, me sinto mais à vontade! Por que será? – Talvez eu seja tímida e tenha voz baixa e não goste de mostrar minha própria voz; também fico em dúvida se as pessoas conseguem mesmo me entender. Afinal, o que sinto é uma certa insegurança. Apesar de falar quase perfeito... (Witt, 2017, p. 73).

## 7.Os sentidos da cultura

O antropólogo Talal Asad (2016) argumenta sobre o problema da tradução. Mas aqui não falamos da tradução de Libras para Português e vice-versa. Falamos sobre a tradução da cultura, feita pelo antropólogo. Segundo ele há formas a serem aprendidas, mas o capitalismo industrial encurta as distâncias entre alguns e aumenta entre outros, de

acordo com o desenvolvimento. Isso vale para antropólogos e também para a sociedade civil.

Em se tratando da surdez propriamente dita, David Le Breton, também antropólogo nos faz pensar sobre como é difícil a aprendizagem das línguas de sinais pelas pessoas que ouvem e por outro lado, a exclusão social da pessoa surda, que faz uso de sinais, já que há um rechaço do corpo em relação à comunicação.

Como ensina Marcos Bagno (2015), ao descrever sobre outras formas de preconceito linguístico, não estariam as línguas de sinais inseridas nisso? Mesmo em se falando de declínio cognitivo, por que as línguas visual-gestuais dão conta de assuntos complexos como política e ciência?

## Referências

ASSIS SILVA, C. A. **Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade**. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BOLTANSKI, L. **L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action**. Paris: Éditions Métailié, 1990.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

FAVRET-SAADA, J. A fuzzy distinction: Anti-Judaism and anti-Semitism (An excerpt from *Le Judaïsme et ses Juifs*). *Journal of Ethnographic Theory*, Chicago: University of Chicago Press, 2014.

HONORA, A. et al. **Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

LE BRETON, D. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis: Vozes, 2016.

PFEIFER, P. **Crônicas da surdez**. São Paulo: Plexus, 2013.

PFEIFER, P. **Novas crônicas da surdez: epifanias do implante coclear**. São Paulo: Plexus, 2015.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. 5. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

STRATHERN, M. **O gênero da dádiva**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

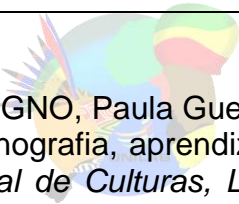
ASAD, T. O conceito de tradução cultural na antropologia social britânica. In: CLIFFORD, J. et al. (Org.). *A escrita da cultura: poética e políticas da etnografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens, 2016.

THÉVENOT, L. The plurality of cognitive formats and engagements: moving between the familiar and the public. *European Journal of Social Theory*, v. 10, n. 3, 2007.

WITT, P. R. **Surdez: silêncio em voo de borboleta**. 2. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

Recebido em: 12/06/2025

Aceito em: 22/06/2025



**Para citar este texto (ABNT):** BIGOGNO, Paula Guedes. Entre surdos, ouvintes e surdos que ouvem: considerações sobre etnografia, aprendizagem de Libras e implante coclear. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, São Francisco do Conde (BA), vol. 5, n. 1, p. 407-420, jan./jun. 2025.

**Para citar este texto (APA):** Bigogno, Paula Guedes. (jan./jun. 2025). Entre surdos, ouvintes e surdos que ouvem: considerações sobre etnografia, aprendizagem de Libras e implante coclear. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, 5 (1): 407-420.